

Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2012, NA SALA DE REUNIÕES DO  
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENCAS**

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

**AUSÊNCIAS**

Não se verificou qualquer ausência.

**SECRETARIOU**

A Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

**ABERTURA (COD 02)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às 9 horas e quarenta minutos e deu de imediato início ao período da ordem do dia.

**ORDEM DO DIA**

**01-ASSUNTO: ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2013 (COD 43)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 615/43/12, do senhor Presidente da Câmara, para que, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 e alínea a) do n.º 6., do artigo 64.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, seja aprovada as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013, e autorizada a contração de empréstimo de curto prazo, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 38.º e n.º 1 do artigo 39.º, da Lei n.º 2 / 2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), durante o período de vigência do orçamento, para

Presidente

Secretária

ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria que possam surgir na Gestão Municipal, nos termos legais.

Mais propõe que a presente proposta, seja remetida para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

**Deliberado:** Aprovado, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e o voto contra do vereador do Partido Socialista, senhor Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Este plano e orçamento vem na sequência dos objetivos, procedimentos e métodos utilizados em anos anteriores e por isso a minha posição é também a mesma dos anos anteriores, pelas seguintes razões:*

*Em primeiro lugar, o Partido Socialista sempre foi extremamente crítico pelas opções erráticas dos investimentos definidos por esta coligação PSD-CDS e que hoje se verificam completamente desadequados para um concelho com as características e as condições de Lamego, tendo em conta os níveis de endividamento galopante a que chegamos, sem que se notem melhorias substanciais na vida dos lamecenses. Depois, a permanente engenharia financeira levada ao absurdo e que os senhores auditores do Tribunal de Contas muito apropriadamente apelidam de “ilusão de suficiência”, traduzida na contínua manipulação dos orçamentos por excesso de receita estimada, permitindo assim a contração de despesa sem uma verdadeira e real dotação de verbas por parte da receita. Esta “ilusão de suficiência”, no dizer dos senhores auditores, não é mais do que, em termos políticos, o que apelidamos de orçamentos falsos e mentirosos, destinados a enganar as pessoas.*

*Por outro lado, verificamos que existem outras matérias que irão marcar profundamente o ano económico de 2013 para o Município de Lamego, mas que em lado algum se encontra uma única palavra que nos dê uma ideia do que esta coligação fará perante a inevitabilidade do que vai acontecer. Refiro-me concretamente à inevitável extinção da empresa pública Lamego Conviva, à resolução do problema da suposta parceria público-privada da Lamego Renova e à*

*transferência para o Município de Lamego do Centro Multiusos, nos termos que vierem a ser definidos. Sobre estas importantíssimas matérias, que determinarão não só o próximo ano económico, como os anos seguintes, nem uma palavra, uma consideração, uma linha orientadora está vertida neste Plano. Esta coligação PSD-CDS criou um problema gravíssimo a Lamego, com esta opção de investimento errático e completamente despropositado, e agora não sabe o que há-de fazer aos “monstros” que criou.*

*Entretanto, para além das razões de sempre que apontamos nas declarações de voto dos anos anteriores sobre o figurino destes mesmos Planos, verificamos que mesmo algumas das matérias fundamentais inscritas em Plano, como o recurso ao PAEL, não se encontram expressas no orçamento (e bem, porque só deveria ser considerada após o competente visto do Tribunal de Contas) mas o esforço do serviço da dívida que tal empréstimo acarreta, já ali se encontra plasmado na parte da despesa, não se percebendo a lógica da opção seguida.*

*Portanto, em relação a todas estas matérias diríamos que se mantêm os mesmos defeitos e lacunas que já foram por mim expressas e denunciadas nas declarações de voto nos anos anteriores, e não deixa de ser expressiva a insistência na consideração em torno da redução dos valores globais deste plano e orçamento em relação ao ano anterior, pela simples razão de serem ambos absolutamente irrealis e fictícios. O que se reduz é, portanto, um valor irreal, que depois verificamos não ter qualquer consonância com a realidade. Basta comparar e verificar, em todos os anos de gestão desta coligação, o fosso existente entre o orçamentado e o efetivamente realizado e executado, para concluirmos pela total inadequação destes instrumentos de gestão, quase sempre a rondar os 100%, na relação entre o estimado e o realizado. Esta “história” de que no ano passado o orçamento era de 52 milhões, e este ano é de 50 milhões e, portanto, há uma redução “significativa” de 2 milhões, é apenas uma brincadeira fútil para enganar quem quiser ser enganado, porque, na prática, não é nada disso que acontece, já que tão irreal é o plano e orçamento deste ano, que não chegará, em termos de execução, nem de longe nem de perto aos 52 milhões, como nem em 2013 chegará sequer a metade desse valor que agora se estima em 50 milhões.*

Presidente

Secretária

*Finalmente, esta coligação parece não saber como se vai resolver o problema do aumento na despesa com o pessoal, não se sabendo o que isto representa em termos reais e objetivos para o cumprimento da nossa execução orçamental, mas percebe-se que será pela integração do pessoal da Lamego Convida no Município de Lamego, sem sabermos a que custo e com que resultados para o equilíbrio da precária situação existente. Por isto mesmo, deveria haver um pouco mais de cuidado na explicitação destes itens, porque se nos pedem para reduzir em 10% as despesas com o número de efetivos e depois somos obrigados a ter e a considerar maior despesa com o pessoal, exigia-se uma explicitação sobre a sustentabilidade da opção, do ponto de vista legal, que permita uma solução desta natureza.*

*Por todas estas razões, sumariamente apresentadas, voto contra este plano e orçamento para 2013.”*

O senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Este orçamento decorre e será aplicado num contexto económico recessivo do país, obrigado a implementar duras medidas de austeridade e que se estendem naturalmente ao poder local. Assim, este documento estratégico contempla as restrições e agravamentos impostos por forma a não hipotecar a sustentabilidade futura da autarquia. No entanto, e mesmo com todos estes condicionalismos, este orçamento prevê um conjunto de obras e melhoramentos significativos, fruto essencialmente de um aproveitamento exaustivo dos fundos comunitários, que se loura, por se tratar de oportunidades únicas e de grande importância para a melhoria e modernização das infraestruturas urbanas, pelo que em nome de Lamego e do futuro dos lamecenses, voto favoravelmente este documento.”*

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu o seguinte: *“Em relação a este orçamento tem de ser analisado sob duas perspetivas: da perspetiva formal e da perspetiva material.*

*Formalmente o documento está correto, cumpre o estabelecido na lei, e obedece aos princípios e regras orçamentais.*

*Do ponto de vista material este documento traduz a realidade da autarquia, não deixa de ter em conta aquilo que foi e que está a ser o ano em curso de 2012, e não deixa de ter presente, também, aquilo que é preciso fazer no próximo ano,*

Presidente

Secretária

*apesar das dificuldades que atravessa a região e o país e, ainda, não deixa de ser um instrumento de trabalho para aquilo que são as necessidades da população do concelho em geral que venham a ser satisfeitas e, portanto, voto favoravelmente este orçamento.”*

Finalmente, o senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões colocadas pelo Sr. Vereador, proferindo a seguinte declaração: *“O orçamento segue exatamente as regras e os princípios orçamentais e a estruturação dos orçamentos dos últimos anos. Contém as despesas previstas para o ano de 2013, um plano de investimentos minimizado, isto é, traduz apenas as rubricas correspondentes as obras que vamos concluir, que são basicamente a regeneração urbana, o eixo barroco, os parques de estacionamento do plano de mobilidade da Douro Alliance e um conjunto de obras, nomeadamente o troço da CEL, e a correção do cotovelo do Retiro dos Passarinhos, na saída da cidade. A nível de infraestruturas é tudo o que temos previsto. Depois, temos as rubricas correspondentes aos encargos assumidos e não pagos que serão regularizados no âmbito do PAEL e do plano de saneamento financeiro que já foram aprovados. O PAEL está para visto do Tribunal de Contas e o saneamento está quase concluído, faltando apenas ajustar as condições do empréstimo que estamos a diligenciar junto da banca, através de consulta às entidades bancárias, que não está a ter grande receptividade e, portanto, iremos ficar restringidos à proposta da Caixa Geral de Depósitos e do Montepio Geral.*

*O orçamento ronda os 50.000.000 €, que significa uma redução ligeira em relação ao ano anterior, mas significativa que é significativa em valor de despesa a executar, se descontarmos os encargos assumidos e não pagos que inflacionam o orçamento.*

*A execução orçamental do próximo ano vai ser de cerca de 24 milhões à qual anexa mais 12 milhões do PAEL e, ainda, mais 4 milhões do empréstimo do saneamento financeiro, o que perfaz cerca de 40 milhões. Se a este juntarem mais 600.000€ do empréstimo de curto prazo, obtém-se a soma de 40.600.000 €, e considerando os novos projetos inscritos e os projetos em curso que irão transitar para 2014, está justificado o motivo porque o valor do orçamento atinge os 50.000.000 €.*

*Quanto a cálculo das receitas, a lei estabelece e especifica qual a tipologia das receitas que se podem incluir e as que não se podem incluir neste orçamento, bem com a fórmula de cálculo. Aqui estão as receitas concretas, devidamente quantificadas que nos termos da lei é possível incluir, e já não consta o proveito da venda deste edifício dos paços do concelho, como durante muitos anos nele se previu e inscreveu por anteriores executivos.*

*Já no que se refere ao orçamento do ponto da vista da despesa, a previsão é um exercício de futurologia, dado que se preveem despesas para obras, que não sabemos se vamos poder executar, porque ainda são ideias, nalguns casos nem sequer há ainda projetos e, portanto, vamos inscrevê-las no plano plurianual de atividades, vamos-lhe atribuir um valor, que é um valor que pode começar por ser só aquilo que nós entendemos que vai ser necessário gastar, ou, simplesmente, aquilo que temos disponível para gastar.*

*A lei estabelece como é que nós podemos prever receitas para o ano económico seguinte em função da execução dos anos anteriores. Portanto, nós temos um quadro rigoroso para a estimativa das receitas. É a mesma lei que nos diz que não podemos prever contratos de empréstimos que não estejam já devidamente autorizados, contratados e visados. É a lei que só excecionalmente nos permite prever fundos comunitários, porque já houve momentos em que depois foi necessário corrigir, em que a lei só previa que se pudesse incorporar no orçamento receitas dos fundos comunitários devidamente contratualizados, o que não é o caso presentemente, porque se vamos lançar uma obra nova, não temos candidatura aprovada, mas temos a expectativa de ter fundos comunitários, então podemos prever a receita correspondente. Ou seja, se na previsão da receita a lei é clara, na previsão da despesa não o é, porque a despesa é incerta, trata-se de uma estimativa. Nós podemos prever os juros, mas não podemos prever a receita do empréstimo, porque as condições de cálculo são completamente diferentes.*

*Nós não estamos a dizer que vamos contrair um empréstimo, do ponto de vista orçamental, não se vê aqui a entrada de dinheiro proveniente de empréstimo, porque não se pode incluir, mas há outras receitas que estão aí estimadas para substituir esse montante.*

Presidente

Secretária

*Concluindo, este plano e orçamento cumprem o estabelecido na lei com a justificação dos critérios de contabilização da receita e despesa previstos na lei.*

*Em relação às questões colocadas pelo senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro do PAEL e da Lamego Convida, EEM, respondo que em relação à justificação da receita prevista do PAEL, repito que a mesma não pode estar refletida contabilisticamente no orçamento, enquanto não houver visto do Tribunal de Contas.*

*Em relação à Lamego Convida, EEM não pode vir expresso no plano, o que vai ser uma decisão da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e do Tribunal de Contas e, portanto, a seu tempo apresentar-se-á a proposta concreta relativa à extinção ou à continuidade da Lamego Convida, EEM. Do ponto de vista do estudo financeiro está tudo previsto, ou seja, está previsto o montante do protocolo do contrato programa com a empresa municipal Lamego Convida, EEM, que será executado enquanto existir a referida empresa. Quando e se deixar de existir a empresa, essa verba cai e será transferida para os encargos de pessoal, que já estão parcialmente incluídos no mapa de pessoal e orçamento e para as restantes rubricas de aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento dos equipamentos geridos pela Lamego Convida, EEM.”*

## **02-ASSUNTO: MAPA DE PESSOAL (COD 44)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 617/44/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a gestão de recursos humanos preconizada pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, adiante designada (LVCR), aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, tem como suporte fundamental de trabalho o mapa de pessoal do órgão ou serviço, contendo os postos de trabalho ocupados e estimados anualmente como necessários ao desenvolvimento das atividades municipais, de acordo com as atribuições e competências que se lhe encontram cometidas.

A proposta de mapa de pessoal para 2013, em anexo, que nos termos da LVCR é aprovada conjuntamente com a proposta de orçamento municipal, contém 247 postos de trabalho, sendo 208 atualmente ocupados por trabalhadores em exercício

Presidente

Secretária

efetivo de funções na Câmara Municipal de Lamego e 39 postos de trabalho desocupados, visando a respetiva ocupação, nomeadamente no âmbito de preenchimento, em recrutamentos futuros, caso se venha a justificar por motivo de estrita necessidade dos serviços, de acordo com as previsões legais.

Destes 39 postos de trabalho, 32 são relativos a trabalhadores que serão cedidos pela Empresa Municipal Lamego Convida, em sede da dissolução da empresa local, à Câmara Municipal de Lamego, nos termos do artigo 62.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, uma vez que são necessários ao cumprimento das atividades objeto de internalização. Esta internalização está prevista no decurso do ano de 2013.

A Câmara Municipal de Lamego registará, até 31 de dezembro, de uma redução de 15 postos de trabalho, comparativamente com o número de postos de trabalho ocupados no mapa de pessoal de 2012, decorrente da cessação de relações jurídicas de emprego público, designadamente por motivo de aposentação e de caducidade de contratos, tendo-se verificado, no entanto, 2 entradas relativas à contratação de um coveiro e de um técnico superior que se encontrava em mobilidade interna na Câmara Municipal de Sernancelhe, o que perfaz uma redução global, no ano de 2012, de 13 postos de trabalho.

A gestão integrada de recursos humanos alicerçada no mapa de pessoal deverá conter a caracterização dos conteúdos funcionais inerentes aos postos de trabalho, por forma a objetivar com maior precisão as principais tarefas e funções exigíveis, com correspondência às atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas constantes no Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Lamego, de acordo com a previsão do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho.

O mapa de pessoal contendo a análise de funções e tarefas dos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal, que se anexa, é um instrumento que se pretende que seja dinâmico e flexível no sentido de poder incorporar, anualmente, as alterações que se venham a julgar convenientes frutos de novas exigências ou alterações de paradigma de gestão organizacional e legal.



Presidente

Secretária

O presente mapa de pessoal, foi elaborado tendo em conta a adequação da estrutura orgânica do Município de Lamego, às regras e critérios estabelecidos na Lei n.º 49/2012, de 22 de agosto.

Assim, propõe que a Câmara Municipal de Lamego, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6.º do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibere propor à Assembleia Municipal de Lamego que, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 2, da referida Lei e da alínea a) do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho, delibere aprovar o mapa de pessoal para o ano de 2013.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto a favor deste mapa de pessoal, por entender que tudo o que diga respeito a pessoal exige da nossa parte, e neste momento particularmente difícil para a vida das pessoas, um cuidado especial e uma sensibilidade particulares, tentando dentro das nossas possibilidades resolver os problemas existentes sem recurso ao agravamento da situação social e económica das pessoas e famílias envolvidas. Esta é, também, a nossa função, ajudando e tudo fazendo para não criar mais problemas de natureza social, do que aqueles que já existem, e que não são poucos.*

*Em todo o caso, sublinho a existência de uma reserva fundamental neste meu voto, que é a da interpretação dos dispositivos legais sobre a integração dos quadros das empresas públicas municipais nos respetivos municípios, que consideramos aqui respeitada, devendo prevalecer a sensibilidade e o cuidado em matéria social. Daqui a razão do meu voto a favor.”*

**03-ASSUNTO:** ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA ÀS REGRAS E CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO (**COD 44**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 616/44/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor:

***“I – Da justificação***

*Considerando:*

**1-***O quadro de atribuições dos Municípios e de competências dos órgãos municipais, que está consagrado na Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro;*

**2-***Que o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro estabelece um novo regime jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais;*

**3-***Que nos termos do artigo 3.º do supracitado diploma legal, a organização, a estrutura e o funcionamento dos Serviços Municipais de Lamego devem orientar-se pelos princípios “da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.”;*

**4-***Que o modelo de estrutura orgânica dos serviços municipais, previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 9.º e definido no n.º 3 do mesmo artigo e no artigo 10.º, ambos do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, pela possibilidade de criar, alterar ou extinguir unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas, é o que melhor se adequa aos objetivos de flexibilização da estrutura técnico administrativa municipal e a sua permanente adaptação às necessidades operacionais e aos recursos disponíveis, para resposta às solicitações decorrentes da prossecução das atribuições do Município e das competências dos órgãos municipais;*

**5-***Que nos termos do artigo 19.º do referido Decreto-Lei, a Câmara Municipal de Lamego procedeu à reorganização dos seus serviços no passado ano de 2011, tendo a estrutura orgânica e atribuições e competências das unidades orgânicas nucleares, afixação da dotação máxima de unidades flexíveis e fixação da dotação máxima de subunidades orgânicas flexíveis, sido aprovado pelo órgão deliberativo na sessão de 27 de dezembro de 2010;*

**6-***Com a entrada em vigor, no passado dia 30 de agosto, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de setembro, que aprova o Estatuto de pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da*

Presidente

Secretária

*Administração Central, Regional e Local do Estado, o seu artigo 25.º, n.º 1, diz-nos que “1 – Os municípios devem aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos na presente lei até 31 de dezembro de 2012.”*

*7-Que, nos termos da alínea n) do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o disposto no artigo 6.º, do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o modelo de estrutura orgânica e a estrutura nuclear, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e de subunidades orgânicas.*

*8-Finalmente, considerando como acima referido, que compete à Câmara Municipal, a criação, alteração ou extinção e definição das atribuições e competências das unidades flexíveis, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 7.º e n.º 3 do artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, importa desde já, por questões de eficácia e de eficiência e de compatibilização com o mapa de pessoal e com os documentos previsionais para o próximo ano, que o Executivo delibere no sentido de aprovar a alteração da estrutura orgânica e das respetivas competências.*

*Esta alteração, ficará, no entanto, condicionada à aprovação pela Assembleia Municipal da moldura organizacional, do número máximo de unidades orgânicas flexíveis e do número máximo de subunidades orgânicas, nos termos acima já mencionados;*

## ***II – Da Proposta em sentido estrito***

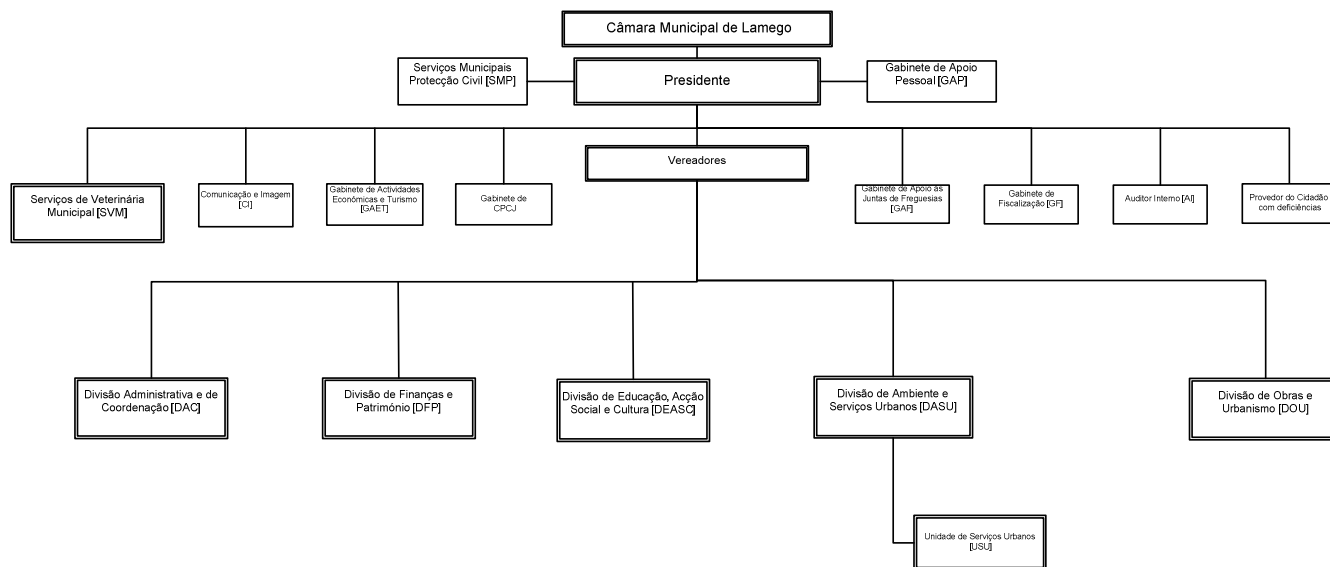
*Assim, propõe à Câmara Municipal que, nos termos do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de outubro:*

*a) Aprove o modelo de estrutura orgânica dos serviços municipais, adotando o previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 9.º do supracitado diploma legal, e definindo que a Organização dos Serviços Municipais de Lamego obedece ao modelo de Estrutura Hierarquizada, constituída por unidades orgânicas flexíveis, conforme figura abaixo:*

### **ESTRUTURA ORGÂNICA**

Presidente

Secretária



b) *Propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, o número máximo de seis unidades orgânicas flexíveis, sendo cinco de 2.º grau e uma de 3.º grau, que poderão ser criadas, nos termos da alínea a) do artigo 7.º do mesmo Decreto-Lei, a saber:*

- ***Divisão Administrativa e de Coordenação (DAC)***
- ***Divisão de Finanças e Património (DFP)***
- ***Divisão de Educação, Ação Social e Cultural (DEASC)***
- ***Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU)***
- ***Divisão de Obras e Urbanismo (DOU)***
- ***Unidade de Serviços Urbanos (USU)***

c) *Propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, o número máximo de nove subunidades orgânicas, que poderão ser criadas nos termos do artigo 8.º do mesmo diploma;*

d) *Aprovar a alteração da estrutura flexível dos serviços municipais constituída pelas unidades flexíveis a seguir mencionadas, bem como a alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais e respetivo organograma, documentos anexos à presente proposta, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, as quais só produzirão efeitos em caso de aprovação pela Assembleia Municipal, dos pontos referidos nas alíneas a), b) e c):*

✓ ***Divisão Administrativa e de Coordenação (DAC)*** constitui-se por uma unidade orgânica flexível de organização e coordenação e gestão interna de recursos, sobretudo no apoio instrumental à atividade dos órgãos e demais serviços municipais, com critérios de racionalidade e eficácia na afetação de recursos humanos, organizar, dinamizar e assegurar a aplicação do sistema integrado de avaliação de desempenho dos recursos humanos, incluindo, entre outros serviços, os órgãos autárquicos, o expediente geral e gestão documental, o gabinete de informática e o gabinete jurídico;

✓ ***Divisão de Finanças e Património (DFP)***, que se constitui por uma unidade orgânica flexível a quem incumbe gerir e otimizar os recursos financeiros e patrimoniais que servem de suporte às atividades do Município de Lamego, e conceber, desenvolver e difundir diagnósticos, instrumentos de planeamento, gestão financeira, e sistemas de monitorização que, constitui um suporte rigoroso e adequado à tomada de decisão política e técnica;

✓ ***Divisão de Educação, Ação Social e Cultural (DEASC)***, que se constitui por uma unidade orgânica flexível, à qual compete a coordenação das atividades dos respetivos serviços, assegurando o cumprimento das obrigações do Município no âmbito do sistema educativo e do ensino, e visando a prática de uma ação social sistemática e diversificada junto dos grupos sociais mais carentes, vulneráveis ou em risco, bem como a área de desporto, juventude e cultura;

✓ ***Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU)***, que se constitui por uma unidade orgânica flexível, a quem compete a orientação e coordenação das atividades dos respetivos serviços, estabelecendo os necessários procedimentos de controlo, segundo critérios de eficiência económica, de gestão de recursos humanos, máquinas e materiais envolvidos nas áreas da limpeza urbana, espaços verdes, cemitérios, transportes urbanos, educação ambiental, higiene pública, bem como a execução de obras municipais por administração direta, estabelecendo os necessários procedimentos de controlo no que diz respeito à gestão de redes públicas de águas e saneamento, a intervenção operacional de trânsito e a gestão e conservação de Vias de Comunicação, Edifícios e Equipamentos, bem como a gestão e controlo das oficinas municipais e do parque de máquinas e viaturas do Município;

✓ **Divisão de Obras e Urbanismo (DOU)**, que se constitui por uma unidade orgânica flexível, à qual incumbe, na **área de obras municipais** a execução das tarefas relativas ao planeamento e adoção de todos os procedimentos referentes às empreitadas de construção, seu acompanhamento e fiscalização, reabilitação de edifícios, equipamento social, escolar, desportivo, cultural ou de desenvolvimento económico, e infraestruturas viárias, urbanas, de trânsito, eletromecânicas e outras pertencentes ao Município ou que estejam a seu cargo, sem prejuízo das competências atribuídas a outros serviços municipais.

**Na área de urbanismo** instruir os processos e executar as operações de gestão urbanística, desempenhar as funções que permitam aos órgãos municipais exercer os poderes no âmbito da intervenção urbanística, designadamente o planeamento estratégico, a aprovação de operações de loteamento, licenciamento de obras particulares, autorização para utilização de edifícios, de licenciamento de atividades industriais, comerciais e outras que não estejam expressamente cometidas aos restantes serviços municipais, no completo conhecimento dos vários parâmetros, nomeadamente, de índole técnica e legal da ocupação do solo e da correta integração urbanística de edifícios, estruturas ou equipamentos, proceder à gestão dos processos de obras licenciadas até à vistoria final e ao licenciamento ou autorização de utilização, assegurando o respeito pelos projetos, alterações e utilizações aprovadas.

e) Aprove a criação da **Unidade de Serviços Urbanos (USU)**, integrada na Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, a prover por um cargo de direção intermédia de 3.º grau, bem como a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, respetiva remuneração, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, conjugado com o n.º 3, do artigo 4.º, da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto:

➤ **Competências Genéricas dos Cargos de Direção Intermédia de 3.º grau:**

Ao cargo de chefia intermédia de 3.º grau da unidade orgânica, no cumprimento das atribuições específicas da sua unidade, compete coadjuvar o titular do cargo dirigente de que dependem hierarquicamente, bem como coordenar as atividades e gerir os recursos de uma unidade funcional, com uma missão concretamente definida para a prossecução da qual se demonstre indispensável a existência deste nível de direção;

*Para além destas competências, aos titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau, são-lhes aplicáveis, supletivamente, as competências cometidas aos titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau, com as necessárias adaptações.*

➤ **Recrutamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau:**

*Os titulares dos cargos de direção intermédia são escolhidos de entre os trabalhadores do Município, ou recrutados no exterior, de entre quem seja dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo e que reúna, cumulativamente, os seguintes requisitos:*

- a) Grau académico não inferior a licenciatura, na área funcional exigida;*
- b) Cinco anos de experiência profissional na carreira de Técnico Superior;*
- c) Valorização profissional: Desempenho de cargo Dirigente.*

➤ **Seleção e contratação dos dirigentes intermédios de 3.º grau:**

*A seleção dos titulares de cargos dirigentes intermédios de 3.º grau é feita através de processo de recrutamento, de acordo com a legislação em vigor.*

➤ **Remuneração dos dirigentes intermédios de 3.º grau:**

*A remuneração dos dirigentes intermédios de 3.º grau fixa-se na 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior.*

- f) Aprove a criação do **Serviço de Veterinária Municipal (SVM)**, a prover por um cargo de direção intermédia de 2.º grau, nos termos da alínea a), n.º 1, do artigo 10.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.*

*A atividade e o regime de organização do Serviço de Veterinária Municipal é enquadrado pelo Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio, ao qual compete assegurar as ações, que sejam responsabilidade do município, nos domínios da:*

- ✓ *Higiene, Saúde e Sanidade Animal e do Bem-Estar Animal;*
- ✓ *Saúde Pública Veterinária e Higiene e Segurança Alimentar;*

*É visível a importância crescente dos animais de companhia na sociedade e a sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida, no entanto uma população animal, não controlada, constitui riscos conhecidos. A legislação atual atribui competências aos municípios na área do bem-estar animal, controlo de zoonoses e controlo de animais errantes.*

Presidente

Secretária

*Daí a necessidade de criar o Serviço de Veterinária Municipal por forma a torná-lo num instrumento adequado de trabalho, permitindo a consciencialização dos munícipes das funções e atuação dos serviços municipais.*

*Este serviço terá a seguinte competência funcional:*

- a profilaxia médica e sanitária destinada a manter o município indemne de raiva ou, em caso de eclosão da doença, fazer executar, rapidamente, as medidas de profilaxia e de polícia sanitária que lhes forem destinadas à erradicação da doença;*
- a existência de um Canil Municipal, local onde um animal de companhia é alojado por um período determinado pela autoridade competente, não sendo utilizado como local de reprodução, criação, venda ou hospitalização, tendo como principal função a execução de ações da profilaxia da raiva, bem como o controlo da população canina do município;*
- existir um Médico Veterinário Municipal (MVM), no mapa de pessoal do Município de Lamego, com a responsabilidade oficial pela direção e coordenação do canil Municipal de Lamego, bem como pela execução das medidas de profilaxia médica e sanitárias determinadas pelas entidades competentes, nacionais e regionais, promovendo a preservação da saúde pública e a proteção do bem-estar animal.*

*É que o exercício da atividade do Médico Veterinário Municipal assume papel de grande relevo no domínio da Saúde e Bem-Estar Animal, quer no domínio da Saúde Pública Veterinária, da Higiene e da Segurança Alimentar em toda a cadeia alimentar, relativa aos produtos de origem animal.*

*O Médico Veterinário Municipal, é ainda por inerência de cargo, a Autoridade Sanitária Veterinária Concelhia, cujos poderes lhe são conferidos a título pessoal, não delegáveis, pela Direção Geral de Veterinária (DGV), enquanto Autoridade Sanitária Veterinária Nacional, e pela Direção Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar (DGFCQA), enquanto Autoridade Coordenadora Nacional do Controlo Oficial dos Géneros Alimentícios;*

*Assim, os Médicos Veterinários Municipais, dependem hierárquica e disciplinarmente do Presidente da Câmara da respetiva área de intervenção e funcionalmente do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (atualmente MAMAOT).*



*Todavia, o Médico Veterinário Municipal, enquanto Autoridade Sanitária Veterinária Concelhia, tem o poder de, sem dependência hierárquica, tomar qualquer decisão, por necessidade técnica e científica, que entenda indispensável ou relevante para a prevenção e correção de fatores ou situações suscetíveis de causarem prejuízos graves à Saúde Pública, bem como nas competências relativas à garantia da salubridade e segurança alimentar dos produtos de origem animal;*

*A atividade do Médico Veterinário Municipal desenvolve-se, pois, essencialmente áreas funcionais da saúde e bem-estar animal, da saúde pública veterinária e da higiene e segurança alimentar.*

*Outras competências do MVM traduzem-se na:*

- Inspeção higio-sanitária dos alimentos e estabelecimentos em Mercados e Feiras Municipais; - Inspeção higio-sanitária de alimentos e dos locais de manipulação de alimentos em Escolas do Ensino Pré-Escolar e Básico;*
- Inspeção higio-sanitária dos alimentos e dos locais de manipulação de alimentos em Cantinas, públicas e privadas*
- Execução de Controlos Veterinários no âmbito do Comércio Intracomunitário de Produtos Alimentares de Origem Animal;*
- Inspeção Sanitária de Abate de Animais para efeitos de Autoconsumo.*

*Para além disso, aduz-se a existência de um Parque Biológico, situado na Serra das Meadas, que será integrado no Serviço de Veterinária Municipal, sendo uma zona de grande biodiversidade, tornando-o numa zona de grande importância na preservação de espécies pelas suas características únicas e humanizadas. Tem como objetivos a sensibilização das problemáticas ambientais e preservação de espécies. A sua grande variedade floral e avifauna cativam qualquer amante da Natureza. O Parque tem em cativeiro diversos animais pelas mais diversas razões a maioria por serem irrecuperáveis ou seja não sobrevivem em liberdade na Natureza.*

### **III – Da Divulgação:**

*1. Após a apreciação e aprovação da deliberação da Assembleia Municipal, deverá ser publicada em Diário da República, na 2.ª série, a Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Lamego, nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e para os efeitos de cumprimento do*

Presidente

Secretária

*estabelecido no n.º 1, do artigo 91.º, da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.*

*2. Enviar à Direção Geral das Autarquias Locais, cópia das deliberações dos competentes órgãos autárquicos respeitantes à aprovação da adequação da estrutura orgânica, nos 30 dias subsequentes à sua aprovação, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.*

*3. Deverá ser promovida a sua divulgação pública, através da afixação, nos lugares de estilo, dos correspondentes editais, garantindo-se também a sua publicação na página web da autarquia.”*

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar integralmente com a proposta do senhor Presidente da Câmara.

A propósito deste assunto, o senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Esta é uma lei cega e por isso sofre de todos os problemas das leis que se aplicam sem ter em conta a realidade de cada autarquia. Neste caso temos de cumprir a lei e estamos a cumpri-la, mas entendo que a Divisão de Obras e Urbanismo vai ser uma divisão difícil de gerir e de organizar, receando que o trabalho feito até ao momento possa ser prejudicado e que não deixará de contribuir para uma má imagem dos serviços.”*

#### **04-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

#### **05-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e dez minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária